

Anatomia dos olhares na pesquisa científica

Mariateresa Muraca

Rosanna Cima

Maria Livia Alga

111

Resumo

O fracasso das promessas de “desenvolvimento” desejadas nas décadas passadas requer uma redefinição, não somente do significado de “bem-estar”, mas também do que nomeamos Ciência e do percurso de pesquisa. A partir de experiências de campo, este artigo dialógico propõe uma “anatomia” da pesquisa, da pesquisadora e das disciplinas que considere os modelos culturais que assumem um papel relevante na produção científica; questione o conceito de campo; reflita sobre a construção do sujeito que conhece; e realize uma descolonização do olhar. Dessa forma, pretende contribuir para a elaboração de um paradigma ecológico da pesquisa, que seja sensível a todos os elementos envolvidos no processo de investigação e que reformule a relação entre pesquisadora, “pesquisadas” e o que as rodeia, com base na ressonância e não na dicotomia.

Palavras-chave: metodologia da pesquisa; relação pesquisadora/sujeitos da pesquisa; paradigma científico.

Abstract

Examining sociocultural views in scientific research

The failure of the promises of "development" aimed in past decades requires a redefinition, not only of the meaning of "well-being", but also of what we call Science and the research process. Having as a starting point our field experiences, we propos in our dialogic paper an "anatomy" of the research process, of the researcher and of the disciplines. The paper considers the cultural models that play an important role in scientific production and questions the concept of field. It reflects on the construction of the knowing subject and seeks to decolonize the gaze, in an attempt to contribute to a formulation of an ecologic paradigm of the research, attentive to all the elements involved and, especially, to a relation between the researcher, the "researched" and their surroundings, based on the resonance rather than the dichotomy.

Keywords: methodology of the research; relation researcher/research subjects; scientific paradigm.

Introdução

112

O fracasso das promessas de "desenvolvimento", "progresso" e "bem-estar" desejadas nas décadas passadas, especialmente nos centros irradiadores dessas promessas, marca uma distância entre o que nomeamos "científico" e sua aplicação em favor dos seres humanos e do planeta (Potente, 2011). É uma distância que requer uma redefinição não somente do significado de "bem-estar" das mulheres, dos homens e do ambiente, mas também de algumas questões que fundamentam os processos da pesquisa e da produção de conhecimento. Uma perspectiva crítica sobre a noção de sustentabilidade, de fato, implica não somente a preocupação com problemas de natureza ambiental, mas também o questionamento e a superação do paradigma hegemônico do pensamento moderno-colonial-masculino e o reconhecimento e a valorização de epistemologias e racionalidades *outras*. O pensamento moderno-colonial-masculino, se, por um lado, tem legitimado a separação hierárquica entre ser humano e mundo, promovendo o domínio do homem sobre os outros seres vivos e a exploração da natureza, por outro lado, tem afirmado um paradigma científico que marginaliza dimensões relevantes da realidade, baseando-se numa rígida distinção entre sujeito e objeto da pesquisa.

Neste artigo, com base em nossas experiências de pesquisa,¹ pretendemos problematizar os *modelos culturais* que são usados para observar, decodificar e interpretar o "Outro". Com esse propósito, referir-nos-emos a um debate que, nas últimas décadas, tem sido protagonizado sobretudo pela Antropologia – em particular

¹ Nossas pesquisas se desenvolvem na Itália (Rosanna Cima e Livia Alga), na África Subsaariana (Rosanna Cima) e no Brasil (Mariateresa Muraca).

pelas perspectivas feministas, pós-modernas e pós-coloniais –, e que pensamos que pode oferecer provocações significativas também para a pesquisa educacional e, em geral, para a pesquisa nas ciências humanas. Ao mesmo tempo, queremos delinear um paradigma ecológico da pesquisa que seja baseado numa leitura sistêmica da realidade e que considere a relação entre os diferentes elementos do campo de investigação – a pesquisadora, o “objeto da pesquisa” e o que os rodeia – como a chave fundamental para construir conhecimento, superando o risco de “novas colonizações”.

No decorrer de nossa experiência de pesquisadoras, demo-nos conta de que cada vez que tentamos nos adequar a uma ordem científica que não observa nem compreende a relação entre pesquisadoras e “pesquisadas” e, cada vez que insistimos na separação para obter “objetividade”, recebemos por parte de nossas interlocutoras uma participação parcial e muitas resistências, que nos indicavam claramente que estávamos nos colocando na posição dos colonizadores. De fato, quando semeamos supremacias conceituais e paradigmas científicos que têm a pretensão de ler os mundos dos outros e das outras, não corremos o risco de sermos pesquisadoras colonizadoras? Por outro lado, nosso medo maior em relação aos processos e aos resultados da pesquisa foi sempre o de registrar uma *diferença* que não encontrasse um espaço epistemológico capaz de inscrevê-la na noção de “cientificidade”, assim como hoje ela é codificada pelas academias. Essa diferença nos motiva a algumas interrogações: Se a pesquisa é uma questão de encontros (Cima, 2005), porque é considerado não científico o fato de estar na pesquisa e, ao mesmo tempo, em um percurso de vida com as militantes dos movimentos sociais, os pacientes e os profissionais da educação e da saúde? Quais são os critérios e as distâncias que garantem a cientificidade? Qual é a medida desses encontros? Podemos considerar a pesquisa como uma atividade que expressa uma relação de cumplicidade afetiva e política entre pesquisadora, “objeto da pesquisa” e o que os rodeia? Se fosse assim, quantas diferenças deveríamos contemplar no processo da pesquisa e na definição da sua cientificidade? São perguntas abertas que não pretendemos responder, ao contrário, gostaríamos de reformulá-las melhor.

Modelos culturais e ciência

Queremos começar com essas interrogações enquanto premissa para considerar com maior atenção os *modelos culturais* que assumem um papel relevante na produção científica, quase como se fossem um “fecho” epistemológico, que nega o acesso a importantes níveis da realidade (Keller, 1987). São modelos produzidos pelas geopolíticas e têm raízes profundas e disseminadas. Cada ser humano é fruto de um entrelaçamento de várias histórias pessoais, profissionais, familiares, culturais, sociais e transnacionais, portanto, nosso ser na pesquisa e na ciência está condicionado também pelas histórias coletivas. Françoise Sironi (2010) usa a expressão “emoções políticas” para se referir à complementariedade entre histórias coletivas e histórias individuais. As “emoções políticas” são determinadas pelas

geografias, escolhas políticas, tecnologias e maneiras de usá-las, sendo vividas – muitas vezes inconscientemente – pelos seres humanos. Elas contribuem também para construir as categorias interpretativas que usamos nas pesquisas. Reconhecer essa circularidade e observar sua incidência operacional na pesquisa e na produção científica torna-se uma necessidade fundamental para aprender a observar melhor aquele que observa. Sendo a ciência, por excelência, uma prática de conhecimento, o primeiro passo para tornar uma pesquisa mais humana consiste em observar quem observa e entender como seu olhar é construído.

Quando abrimos uma discussão sobre os modelos culturais em nível macro, encontramos posturas de pensamento que dividem o mundo entre Norte e Sul e que estruturam a ciência ocidental como A Ciência, construindo uma dupla barreira que, ao mesmo tempo, impede e inibe – impede que se possam conhecer outros paradigmas de relação entre sujeito e objeto da pesquisa e que se identifiquem outros modos de se fazer “ciência”; inibe a possibilidade de relação com o outro. Nesse sentido, com certeza, um dos seus efeitos se acha no colonialismo, não apenas enquanto ocupação de terras, mas também como destruição de memórias coletivas e mutilação sistemática de saberes.

As perguntas que colocamos anteriormente nos convidam também a refletir sobre os modelos culturais construídos quanto aos gêneros e à ciência: por exemplo, consideramos como, muitas vezes, a objetividade é associada com a masculinidade em oposição à subjetividade ligada à feminilidade em um sistema dualista e hierárquico que contrapõe também cultura e natureza, racionalidade e empatia, etc. Em 1987, Evelin Fox Keller, refletindo sobre seu trabalho de biofísica matemática, sublinhava que grande parte da ciência era (e continua sendo) vinculada à ideia de masculinidade e perguntava o que teria sido da ciência se tivesse sido libertada desse vínculo. Nos seus livros, portanto, ela explora a relação entre gêneros e pesquisa e se coloca a favor de uma ciência livre das discriminações de gênero e na qual todas as diferenças, inclusive as sexuais, possam ter lugar e se expressar livremente em termos teóricos e práticos.

Pesquisa encarnada

Nossas reflexões a respeito dos modelos culturais como empecilhos para se ver as diferenças expressam o desejo de delinear uma anatomia da pesquisa, da pesquisadora e das disciplinas (Potente, 2011), que seja capaz de dar voz aos sujeitos envolvidos sem cair em personalismos; de encontrar uma linguagem adequada para descrever a atividade dos sujeitos e dos corpos, as emoções políticas, as relações que circulam no interior da pesquisa e os atravessamentos políticos e culturais, articulando assim a expressão “pesquisa encarnada” de Mari Luz Esteban (2004). Por sua vez, Adrienne Rich (1985, p. 8-9) afirma que o ponto de partida para compreender qual é o próprio posicionamento no mapa geopolítico e na história é começar não “do continente, ou do país, ou da casa, mas da geografia mais próxima: o corpo” (tradução nossa). A cartografia torna-se assim uma anatomia e a pesquisa

torna-se encarnada. É a partir de nossos corpos que as dimensões se multiplicam e, dessa multiplicação das perspectivas, nasce a interdisciplinaridade.

Com essas premissas, nas próximas páginas articularemos as perguntas formuladas no começo deste artigo, em relação aos nossos percursos de pesquisa, com o propósito de nos colocarmos em discussão para delinear uma forma de interação que envolva a pesquisadora, os sujeitos da pesquisa e os “ao-redores”. Em particular, deter-nos-emos no questionamento do conceito de campo (Gupta, Ferguson, 1997); na reflexão sobre a construção do sujeito que conhece (Bourdieu, 2003); na consideração das implicações sobre o percurso de pesquisa da separação entre Europa e não Europa, estabelecida a partir da conquista da América (Quijano, Wallerstein, 1992); e na descolonização do olhar (Lander, 2000; Walsh, 2009; Santos, 2010) com o objetivo de propor um paradigma “ecológico” da pesquisa baseado numa sensível atenção para todos os sujeitos envolvidos na investigação, para seus contextos e as histórias que habitam.

As nossas reflexões trazem o marco do debate sobre as práticas de investigação e de escritura, o qual, a partir dos anos 1980, tem sido protagonizado sobretudo pela Antropologia e que pensamos que possa gerar provocações e problematizações úteis também para a pesquisa educacional. As perspectivas pós-modernas, pós-colônias e feministas no interior da Antropologia, de fato, inauguraram profundas mudanças teóricas e metodológicas que, por um lado, permitiram desmascarar a ligação entre a disciplina antropológica e os modos ocidentais de criar o mundo; e, por outro, contribuíram para afinar a sensibilidade política e histórica em relação tanto à assimetria do encontro etnográfico quanto à dominação epistemológica e escritural do outro (Malighetti, 2002).

Os lugares de pesquisa em que estamos empenhadas são marcados por atravessamentos de mares, terras, línguas, sexualidades, processos diferentes de cura e disciplinas. Pensamos que situar a pesquisa e a pesquisadora em posições de mobilidade conceitual e em lugares marginais – e não mais de centralidade – expõe os pensamentos e as ações a uma análise contínua. Em particular, assumimos a imagem da fronteira como lugar privilegiado para fazer pesquisa e produzir conhecimento.

Rever e redesenhar as fronteiras do campo

Segundo a tradição disciplinar da Antropologia, todas as pesquisas se dividem em três fases: a elaboração da hipótese da pesquisa, a pesquisa de campo e a escrita. Nesse sentido, deixar o campo implica voltar para a própria casa, ao mundo da Antropologia, isto é, para dentro da academia. Todavia, pesquisadoras, cuja existência “diaspórica” não necessariamente proporciona “uma casa” para onde voltar, estão experimentando formas emergentes de Antropologia pós-colonial e pós-exótica. Além disso, na maioria dos casos, a academia não coincide mais necessariamente com “a casa” da antropóloga. Diante da crise da oscilação e da equivalência entre casa = academia, e lugar outro e dos outros = campo, abrem-se modalidades infinitas

de deslocamentos, viagem e pesquisa. Em particular, considerando as reflexões elaboradas por Livia Alga a respeito do seu trabalho de campo em Verona, Itália, demo-nos conta de que podem existir várias correspondências e semelhanças internas entre os três momentos em que se articula uma investigação: por exemplo, instrumentos, práticas e posturas próprias da pesquisadora durante seu trabalho de campo (ou, ao contrário, à exceção desse momento) revelaram-se frutíferos durante todo o processo de investigação. Aliás, podemos considerar como um indicador de sucesso do campo tal tradução de práticas antropológicas em práticas de vida cotidiana, isto é, o fato de que os sujeitos da pesquisa se apropriem e deem continuidade a certas práticas introduzidas pela Antropologia ou criadas junto com ela. Mas é profissional não definir o fim do campo? É possível escrever um trabalho científico sem abandonar as práticas introduzidas durante o campo, ou seja, sem realmente deixar o campo? Onde se pode escrever? Junto de quem? Todas essas questões são centrais para o que se entende por campo e envolvem regras fundamentais da ética da pesquisa, problematizando o que Clifford (1997) chama de “práticas espaciais da viagem e práticas temporais da escritura”.

A noção de campo começou a ser analisada e contextualizada historicamente durante os últimos 20 anos, a partir da constatação de que, no interior da Antropologia Sociocultural, o campo “tem sido constituído por uma gama historicamente específica de distâncias, confins e maneiras de viajar” (Clifford, 1992, p. 190 – tradução nossa). Segundo Clifford, a prática normativa institucionalizada entre o fim do século 19 e as duas primeiras décadas do século 20 privilegiou as relações de residência em comparação com as de viagem; portanto, o “verdadeiro” campo foi definido como um lugar de co-residência intensiva e interativa, simbolizado pela barraca do antropólogo no meio da aldeia e correspondente à imagem mental de um lugar à parte, com um interior e um exterior a serem conectados graças a um movimento psíquico, como se as culturas fossem separadas no espaço. Hoje em dia, os conceitos de viagem, confins, co-residência e interação, interior e exterior – que definem o campo e o “verdadeiro” campo –, são reformulados pela Antropologia. Clifford sublinha que, na idealização disciplinar do campo, as práticas espaciais de residência escondem ou apagam aquelas de viagem e de tradução. Privilegiando o fato de “estar ali”, desvalorizam-se os processos de “chegada”, isto é, os lugares, as línguas, as relações, os contextos institucionais ou nacionais por meio dos quais o antropólogo deve passar justamente para chegar ao campo. Clifford, portanto, convida-nos para pensar o campo como uma mistura institucionalizada de práticas de residência e de viagem, a descentrá-las, problematizá-las e pensá-las como encontros de viagem. Nesse sentido, o campo torna-se, mais propriamente, um conjunto de práticas espaciais do que um lugar, configurando-se como um conjunto de atitudes e de práticas encarnadas (Clifford, 1992, p. 190).

Entre as atitudes que compõem o *habitus* do antropólogo, Gupta e Ferguson (1997) sustentam que existe um sentido da “localização” muito bem desenvolvido, que abarca, por exemplo, a consciência de estar “ali e não em outro lugar” e de mudar de lugar. Os antropólogos reconhecem que essa é a grande força da etnografia, mesmo que saibam que “esse sentido da localização tem sido muitas vezes confundido

com a localidade, e o fato de se deslocar tem sido reduzido à ideia de ir para algum lugar para olhar outra sociedade” (p. 35). Contra essa forma de reducionismo, que torna exóticas as culturas e as hierarquiza, Gupta e Ferguson propõem pensar a pesquisa como uma “forma de deslocamento motivado e estilizado” (p. 37). Se substituirmos a tripartição das fases da pesquisa (antes, durante e depois do campo) pela noção de “práticas espaciais”, ou melhor, de “deslocamentos”, as três partes podem, portanto, ser reunidas na expressão “experiência de pesquisa”. Assim Deborah D’Amico-Samuels (2010, p. 69-72), uma antropóloga feminista pós-colonial, define a passagem entre três localizações geográficas:

[...] eu estudei e aprendi com as pessoas numa aldeia de pescadores transformada em estância turística, como gênero, cor e classe interagem no processo do desenvolvimento econômico capitalista na Jamaica, escrevi sobre essa experiência em New York e fui a única branca norte-americana a participar num seminário sobre metodologia de pesquisa, conduzido pelo programa *Women’s Studies*, recentemente desenvolvido na Universidade de West India em Trinidad. “Campo” é um termo relevante para cada uma dessas experiências? Se ele é um termo adequado a cada uma, onde é que o campo começa e onde é que acaba, se isso acontece? [...] Se fazer antropologia pode ser pensado mais adequadamente como uma experiência reflexiva *cross-cultural* em um mundo compartilhado, como é que a parte de minha pesquisa realizada na Jamaica difere do restante processo acadêmico em New York e no seminário de Trinidad? Qual dessas experiências foi trabalho de campo? (Tradução nossa).

De fato, segundo D’Amico-Samuels, o campo é um conceito ideológico que constrói certas rupturas espaço-temporais entre esse e outros lugares, fabricando a ilusão da separação entre os lugares da experiência e da emoção – nos quais se conduz a pesquisa e se coletam os dados – e os lugares onde os dados são interpretados e as etnografias são escritas. Isso leva a nos interrogarmos sobre o estatuto da academia no trabalho antropológico, já que, geralmente, quanto mais o campo está longe da universidade de onde se parte e para onde se volta, mais ele será um “verdadeiro” campo. Aliás, podemos nos perguntar, como sugere Clifford (1992, p. 210): “esse deslocamento pode ser estendido até incluir a viagem através da universidade? A própria universidade pode ser considerada como uma espécie de local de campo, um lugar de justaposição cultural, estranhamento, rito de passagem, trânsito e aprendizagem” (tradução nossa).

Descolonizar o olhar

Considerar a academia como um local de campo implica também examinar as condições de possibilidade do conhecimento científico e superar a representação dos produtores culturais como livres das determinantes sociais. Nesse sentido, pode ser útil o conceito de “objetivação participante” elaborado por Bourdieu (2003) que descreve o processo de objetivação do inconsciente acadêmico, isto é, o conjunto de estruturas cognitivas, imputáveis à carreira escolar, que são comuns aos produtos de certo sistema universitário nacional ou aos que se ocupam de certa disciplina num determinado momento. É o inconsciente acadêmico que determina, por exemplo,

o que merece atenção e o que não merece, o que é importante ou o que deve ser discutido, influenciando decisões cruciais, como a escolha dos sujeitos, das teorias de referência e do método. Exercer o tipo de reflexividade própria da “objetivação participante” permite reconhecer e analisar as categorias que a academia cria para interpretar – e, em alguma medida, produzir – a alteridade e que influenciam as maneiras por meio das quais a pesquisadora interage com as suas interlocutoras, as observa e as representa. Além disso, no interior de um paradigma de pesquisa sensível aos diferentes elementos dos sistemas envolvidos e especialmente em contextos profundamente marcados pelo colonialismo – como o Brasil e a África Subsaariana –, é preciso considerar também categorias fruto de processos históricos e equilíbrios geopolíticos. Catherine Walsh (2009) sublinha que a colonialidade do poder² sobreviveu ao fim do colonialismo e atravessa todos os âmbitos da vida. Em particular, a colonialidade do saber assume o eurocentrismo como ordem exclusiva de razão, conhecimento e pensamento, definindo os quadros epistemológicos, acadêmicos e disciplinares, excluindo outros saberes e outras racionalidades epistêmicas e colocando os não europeus, suas histórias e culturas no passado de uma trajetória histórica cujo ápice é a Europa (Quijano, 2000). Em que medida a colonialidade do poder e a do saber são ativas nos concretos processos de pesquisa? De que forma estão presentes nos olhares e nas atitudes da pesquisadora com seus interlocutores? Em que sentido ocultam dimensões importantes da realidade? E, também, de que forma influenciam as expectativas e as atitudes dos sujeitos da pesquisa em relação à pesquisadora? De fato, para evitar o risco de perpetuar dinâmicas típicas da relação entre colonizador e colonizado, a pesquisadora precisa reconhecer e lidar também com as modalidades por meio das quais *ela é implicada pelas suas interlocutoras* na realidade objeto de estudo.

A “implicação” não se refere a um papel assumido deliberadamente pelo pesquisador, mas à maneira como os atores o tornam presente na rede social – que constitui o objeto de estudo – *enquanto* seu interlocutor [...] O verbo no passivo [*é implicado*] diz, de fato, que essa posição não é escolhida, mas recebida. São os atores que a decidiram e a “construíram” para ele e ao redor dele enquanto pesquisador, tornando assim possível a relação de investigação [...] A categoria “construção” acentua o caráter “local” dessa modalidade. (Fava, 2009, p. 87-88 – tradução nossa).

Em certo sentido, portanto, a implicação antecede a chegada da pesquisadora na realidade objeto de estudo, porque se refere também a uma história de relações que a precedem e a transcendem, ao mesmo tempo que, no decorrer da pesquisa, a implicação pode se transformar por efeito de negociações recíprocas. Em particular, nas nossas experiências de pesquisa em contextos marcados pela colonialidade do poder e do saber sentimos que, em alguns casos ou em algumas fases da pesquisa, temos sido identificadas pelos sujeitos da pesquisa a partir de modelos culturais que dividem o mundo em Norte e Sul, primeiro e terceiro mundo, avançado e atrasado, opressores e oprimidos. Aliás, apesar da nossa – acreditamos, explícita – opção teórico-política descolonial, em alguns casos temos sido associadas a um olhar

² Quijano define a “colonialidade” como o modelo de poder que se estruturou a partir da conquista da América, graças a dois elementos organizadores: a ideia de raça e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, dos seus produtos e dos seus recursos ao redor do capital e do mercado mundial.

eurocêntrico e colonizador. Para além dos sofrimentos e dos conflitos que esses tipos de incompreensões podem gerar, é importante considerar a identificação da pesquisadora pelos seus interlocutores não como um obstáculo a ser superado ou um limite a ser aceito, mas como uma chave de acesso fundamental para o conhecimento – também afetivo – da realidade. As modalidades da implicação, de fato, se reconstruídas crítica e reflexivamente, permitem entender os modelos de sentidos, as dinâmicas internas e a lógica das interações no universo social em um dado momento (Fava, 2009, p. 87-88). Nesse sentido, a suspeita que percebemos por parte de nossos interlocutores pode ser interpretada como um fruto positivo da circulação feminista pós-colonial e pós-ocidental dos pensamentos que têm contribuído para gerar tanto uma positiva desconfiança diante das instâncias eurocêtricas e das práticas imperialistas implícitas nos percursos de pesquisa quanto uma difusa resistência epistemológica. Por outro lado, essa atitude nos parece limitada na medida em que continua atrelada ao esquema binário e opositivo típico do pensamento moderno-colonial-masculino. Em particular, identificamos um possível erro político-teórico na tendência de os sujeitos se relacionarem reciprocamente como se aderissem completamente aos papéis para eles previstos pelas hierarquias de poder (Zamboni, 2009). Essa atitude, de fato, subestima e, portanto, torna ineficazes desejos *outros*, que, ao contrário, se valorizados, poderiam proporcionar um elemento crucial para construir possíveis alianças políticas.

Nesse sentido, pensamos que o desafio seja atuar com práticas “excêntricas”, necessariamente contextuais e situadas, que contribuam para construir entre os sujeitos da pesquisa relações que poderíamos definir, reformulando um conceito de Boaventura de Sousa Santos (2010), como “pós-abissais”³ – isto é, aquelas que, embora não neguem as assimetrias de poder historicamente determinadas, não estejam numa relação derivativa ou antagônica a respeito dessas assimetrias, mas que atravessem, questionem e desarticulem os dualismos e as dicotomias típicas da colonialidade do saber (pesquisador/pesquisado, teoria/experiência, cultura/natureza). Como sustenta Donna Haraway (1988, p. 588), “a responsabilidade feminista requer um conhecimento baseado na ressonância e não na dicotomia”. Os processos transformadores inaugurados dessa forma não se dão por meio de rupturas dramáticas, mas graças a conexões criativas, críticas e muitas vezes espontâneas de elementos imprevisíveis e difusos.

Conclusões

No decorrer do artigo, sustentamos que uma abordagem crítica sobre a sustentabilidade exige o questionamento e a problematização do pensamento moderno-colonial-masculino e, sobretudo, da ordem binária que o fundamenta e

³ Santos define o pensamento moderno-ocidental como um “pensamento abissal”, na medida em que estabelece divisões radicais tais que os saberes que ficam “no outro lado da linha” – saberes populares, femininos, camponeses, indígenas... – são tornados inexistentes e expulsos também do que é legitimado como conhecimento alternativo no interior do universo simbólico dominante. A categoria Oriente, de fato, é a única com a dignidade suficiente para ser o Outro, ainda que inferior por definição. Por outro lado, índios e negros são associados a saberes incomensuráveis e incompreensíveis: crenças, opiniões, magia, idolatria, compreensões intuitivas e subjetivas.

que opõe cultura/natureza, observador/observado, objetividade/subjetividade, etc. Nesse sentido, propomos uma anatomia da pesquisa atenciosa para com os diferentes detalhes excluídos por esse tipo de abordagem. Dessa forma, mediante a contribuição de vários campos disciplinares e, em particular, da Antropologia – em razão do debate proposto nas últimas décadas pelas perspectivas feministas, pós-modernas e pós-coloniais –, quisemos delinear uma perspectiva ecológica da pesquisa que valorize a relação entre todos os elementos envolvidos no processo de investigação e, em particular, entre a pesquisadora e as interlocutoras, explorando as dimensões contextuais, culturais e políticas em que se realiza o encontro entre elas.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. L'objectivation participante. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 150, p. 43-58, dec. 2003.

CIMA, Rosanna. *Abitare le diversità*. Roma: Carocci, 2005.

CLIFFORD, J. Spatial practices: fieldwork, travel, and the disciplining of Anthropology. In: GUPTA, A.; FERGUSON, J. (Org.). *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 185-222.

120

CLIFFORD, James. *Travelling cultures: cultural studies*. New York: Routledge, 1992.

D'AMICO-SAMUELS, D. Undoing fieldwork: personal, political, theoretical and methodological implications. In: HARRISON, F. V. (Org.). *Decolonizing Anthropology: moving further an Anthropology of liberation*. Washington: Association of Black Anthropologists, 2010. p. 68-87.

DIOTIMA. *Politica e potere non sono la stessa cosa*. Napoli: Liguori, 2009.

ESTEBAN, Mari L. *Antropologia del cuerpo: género, itinerarios corporales, identidad y cambio*. Barcelona: Bellaterra, 2004.

FAVA, Ferdinando. *Lo ZEN di Palermo: Antropologia dell'esclusione*. Milano: Franco Angeli, 2007.

FANON, Frantz. *Decolonizzare la follia*. Verona: Ombre Corte, 2011.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Discipline and practice: "the field" as site, method, and location in anthropology. In: GUPTA, A.; FERGUSON, James (Org.). *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 1-46.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

KELLER, Evelin Fox. *Sui generi e la scienza*. Milano: Garzanti, 1987.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000

MALIGHETTI, Roberto. Post-colonialismo e post-sviluppo. *Antropologia*, Milano, n. 2, p. 91-114, 2002.

POTENTE, Antonietta. *Metodo come arte dell'etica: approssimazioni e contributi*. Comunicação apresentada na Scuola di Dottorato in Scienze Umane e Filosofia, Università di Verona, 6 dec. 2011.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept: or the Americas in the Modern World-System. *International Journal of Social Sciences*, n. 134, p. 549-557, nov.1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RICH, Adrienne. Notes toward a politics of location. In: DIAZ-DIOCARETZ, M.; ZAVALA, I. M. (Org.). *Women, feminist identity and society in the 1980's*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 7-22.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SIRONI, Françoise. *Violenze collettive: saggio di psicologia geopolitica clinica*. Milano: Feltrinelli, 2010.

SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Org.). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. In: CONGRESSO DA ARIC (Associação Internacional pour la Recherche Interculturelle), 12., 2009, Florianópolis. *Anais do XII Congresso...* Florianópolis, 2009. Disponível em : <<http://aric.edugraf.ufsc.br/congrrio/html/anais/anais.html>>.

ZAMBONI, Chiara. Una valigia leggera. In: DIOTIMA. *Potere e política non sono la stessa cosa*. Napoli: Liguori, 2009.

Mariateresa Muraca é doutoranda em co-tutela na Universidade de Verona na Itália (Programa de Doutorado em Ciências da Educação e da Formação Contínua) e na Universidade Federal de Santa Catarina (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas).

mariateresa.muraca@univr.it.

Rosanna Cima, doutora em Educação pela Universidade de Verona (Itália), é professora adjunta de Pedagogia da Mediação Cultural, Educação de Adultos e Pedagogia Sanitária na Universidade de Verona (Itália).

rosanna.cima@univr.it.

Maria Livia Alga é doutoranda em co-tutela entre a Universidade de Paris VIII (Centro de Estudos Femininos e Estudos de Gênero) e Universidade de Verona na Itália (Programa de Doutorado em Ciências da Educação e da Formação Contínua).

marialivia.alga@univr.it

Recebido em 13 de maio de 2014

Aprovado em 2 junho de 2014